

UFV Pitombeira S.A.

(Em fase Pré-Operacional)

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
UFV Pitombeira S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UFV Pitombeira S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

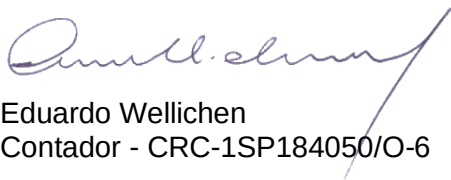
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

UFV Pitombeira S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		98.477	452
Caixa e equivalentes de caixa	5	98.461	357
Impostos de renda e contribuição social a compensar		16	95
Não Circulante		882.555	-
Imobilizado	6	882.555	-
Total do ativo		981.032	452
Passivo			
Circulante		8.708	33
Fornecedores		8.510	-
Outros tributos a pagar		198	33
Não circulante		970.000	12.212
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	970.000	12.212
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		2.324	(11.793)
Capital social	8	47.992	25.780
Prejuízos acumulados		(45.668)	(37.573)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		981.032	452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	9	(8.095)	(9.149)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(8.095)	(9.149)
Receitas financeiras		-	10
Resultado financeiro		-	10
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(8.095)	(9.139)
Prejuízo do exercício		(8.095)	(9.139)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(8.095)	(9.139)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(8.095)</u>	<u>(9.139)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	25.780	(28.434)	(2.654)
Prejuízo do exercício	-	(9.139)	(9.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.780	(37.573)	(11.793)
Aumento de capital	22.212	-	22.212
Prejuízo do exercício	-	(8.095)	(8.095)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	47.992	(45.668)	2.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UFV Pitombeira S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto renda e contribuição social	(8.095)	(9.139)
Ajustes no resultado para:		
Atualização monetária	-	7
	(8.095)	(9.132)
Variação nas contas patrimoniais		
Impostos de renda e contribuição social a compensar	79	188
Fornecedores	1.010	-
Outros tributos a pagar	(47)	23
	1.042	211
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(7.053)	(8.921)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições no imobilizado	(875.055)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(875.055)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	980.000	9.000
Aumento de capital	212	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	980.212	9.000
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	98.104	79
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	357	278
Saldo no final do exercício	98.461	357
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	98.104	79

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em Reais)

1 Informações gerais

A Ufv Pitombeira S.A. (“Companhia”) foi constituída em 09 de dezembro de 2013, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala I - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 16 de julho de 2021, a Companhia em Assembléia Geral Extraordinária, alterou a razão social de Transmissoras Reunidas S.A. para Ufv Pitombeira S.A. e passou a ter como objeto social: (i) a exploração e implantação, da usina de geração de energia solar por fonte fotovoltaica Ufv Pitombeira, e de seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, no município de Aracati-CE, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) sob o CEG nº Ufv.RS.CE.034037-5.01; (ii) operação e manutenção da Ufv Pitombeira; (iii) comercialização de energia no mercado atacadista e varejista.

A acionista controladora da Companhia, Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), obteve em 24 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.471, emitida pela ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Fotovoltaica – Ufv Pitombeira, bem como o sistema de interesse restrito da central geradora, constituído de uma subestação elevadora 34,5/230 kV, junto à usina, 1 X 66/88/110 MVA, e uma linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com aproximadamente 63 (sessenta e três) km de extensão conectando-a à SE Russas II. A central geradora será constituída por 210 unidades geradoras de 225 kW cada, totalizando 47.250 kW de potência instalada e 46.009 kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre. O prazo para início das obras é até 1º de abril de 2023 e para início de operação comercial é até 1º de dezembro de 2023. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução. A Alupar solicitou à ANEEL a transferência dessa autorização para a Companhia para início das obras.

Em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras a ANEEL não tinha efetuado a transferência dessa autorização à Companhia.

A Companhia terá 50% de redução nas Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição – TUST e TUSD se o início da operação comercial de todas as unidades geradoras ocorrer em até 48 meses contados da data da sua outorga.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações dos passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritos na nota explicativa 3.4 sobre o imposto de renda e contribuição social e na nota explicativa 3.5 sobre a constituição de provisões.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições de ser mantido para receber fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo ganhos ou perdas, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

• **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2 Redução ao valor recuperável

• Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Imobilizado em construção

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, compreendendo custos de materiais, custos socioambientais, mão de obra direta e indireta, juros elegíveis a capitalização e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração,

A depreciação se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional que será calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.4 Tributação

3.4.1 *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de renda (IR) e a Contribuição social (CSL) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240.000 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro tributável sob o regime de apuração com base no Lucro Real Anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$34.607, que gerariam potenciais créditos tributários. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentarão base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos e por conta que futuramente a Companhia irá adotar o regime de tributação pelo lucro presumido.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui processos judiciais com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

4 Novas normas e interpretações

4.1 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações no CPC 06 (R2)).
- Reforma da Taxa de Juros de Referência (alterações no CPC 40(R1) e CPC 48).

4.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1); e
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Banco conta-corrente	89	10
Aplicações automáticas	98.372	347
	98.461	357

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, com liquidez imediata, a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicado, sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6 Imobilizado

O saldo de Imobilizado em construção é composto por gastos como adiantamentos para aquisição de máquinas e equipamentos, estudos, licenciamento e taxas, no valor total de R\$882.555 em 31 de dezembro de 2021.

7 Partes relacionadas

Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Os saldos em aberto de R\$970.000 e R\$12.212, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, são relacionados a Adiantamentos para futuro aumento de capital aportados pela controladora Alupar para que a Companhia possa manter suas atividades, e a expectativa de integralização é até setembro de 2021.

7 Partes relacionadas – Continuação

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020, não foi fixado remuneração aos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.

8 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social integralizado e subscrito é de R\$47.992 e R\$25.780, respectivamente.

Em 16 de julho de 2021 foi aprovado o aumento de capital de R\$22.212 mediante a emissão de 22.212 novas ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 por ação. O aumento de capital, foi totalmente subscrito pela acionista Alupar sendo integralizado em R\$22.000 mediante a conversão de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, e R\$212 mediante a capitalização de crédito.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Alupar Investimento S.A.	47.991	100,00%	25.779	100,00%
AF Energia S.A.	1	0,00%	1	0,00%
	47.992	100,00%	25.780	100,00%

9 Despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Auditoria externa	(8.095)	(8.134)
Publicações de atas e balanços	-	(800)
Impostos e taxas	-	(215)
	(8.095)	(9.149)

10 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

10 Instrumentos financeiros – Continuação

10.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa e Fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Caixa e Fornecedores são classificados como custo amortizado e Equivalentes de caixa, composto por aplicações automáticas, como valor justo por meio do resultado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10.2 Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

10.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito é mitigado uma que a Companhia aplica seus recursos em bancos de primeira linha.

Risco de taxas de juros

As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI. A Companhia avaliou que a análise de sensibilidade não é necessária, dado que as oscilações na remuneração das aplicações financeiras não apresentam impacto material sobre os resultados da Companhia.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Como a Companhia está em fase pré-operacional para a construção de novas instalações, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

* * *

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0

João Eduardo Greco Pinheiro
Diretor Administrativo Financeiro